

FORMAS LIVRES E FORMAS PRESAS: UM CLÁSSICO REVISITADO COM OLHAR COGNITIVISTA

Janderson Lemos de Souza (UNIFESP)¹

RESUMO

Este artigo retoma a distinção entre formas presas e formas livres para abordá-la segundo a linguística cognitiva, especificamente pela (i) suspensão do compromisso com o princípio da sincronia; (ii) identificação dos processos cognitivos que estruturam os fenômenos formais; e (iii) afinidade com modelos baseados no uso. O artigo combina tais fundamentos da teoria com fenômenos morfológicos do português, tendo em vista caracterizar a distinção entre formas livres e presas, não mais como fato relativo a produtos, mas como fato relativo a processos. Assim, são consideradas formas presas não somente as que não existem na língua e, portanto, não podem ocorrer sozinhas, mas sobretudo as que o falante já não associa a outras formas graças à inatividade de um processo ou que o falante não tem como rastrear a partir de outras apesar da atividade de um processo.

PALAVRAS-CHAVE: Formas livres. Formas presas. Morfologia. Semântica. Linguística cognitiva.

ABSTRACT

This article approaches the distinction between bound forms and free forms according to cognitive linguistics, especially in what comes to (i) its non-synchronic character; (ii) the pursuit of cognitive processes behind formal phenomena; and (iii) its compatibility with usage-based models. The article combines such bases with morphological facts of Portuguese, with a view to characterizing the distinction between free and bound forms, not as a fact related to products, but as a fact related to processes. Thus, not only the non-existing forms, which consequently cannot be spoken alone, but mainly those which the language-user does not link to others due to the inactivity of a process or that the language-user cannot retrieve from others despite the activity of a process are postulated to be bound forms.

KEYWORDS: Free forms. Bound forms. Morphology. Semantics. Cognitive linguistics.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

INTRODUÇÃO

A distinção entre formas livres e formas presas entrou para a história da linguística por obra de Bloomfield (1933, p. 160): “Uma forma linguística que nunca é dita sozinha é uma *forma presa*; todas as outras (como, por exemplo, *João correu* ou *correr* ou *correndo*) são *formas livres*.”² Tal distinção deu ensejo a outra distinção clássica, proposta por Câmara Jr. (1989, p. 88), que “(...) nos leva a ampliar a classificação de Bloomfield com uma categoria de formas, que não são livres, mas também não são presas, senão apenas dependentes daquelas a que se adjungem nas frases.”

Neste artigo, pretendo revisitar essas distinções, formuladas pelo estruturalismo, escola centrada nas formas linguísticas, com um olhar comprometido com a linguística cognitiva, escola cujo pressuposto básico é o de que a gramática é semanticamente motivada. O objetivo é caracterizar formas livres como cognitivamente disponíveis e formas presas como cognitivamente indisponíveis a partir do compromisso com o modelo baseado no uso em Bybee (2010).

Pretendo, ao longo do artigo, sustentar o entendimento de que formas livres e presas são as que, respectivamente, estão cognitivamente disponíveis e indisponíveis por obra da frequência de uso, e não as que existem ou não existem num dado recorte sincrônico, o que me leva a considerar como presas não somente as formas que não foram transmitidas por aquisição.

Porque cada instância de uso da língua impacta a representação, a variação e a gradiência têm uma representação direta no sistema do usuário da língua. Num modelo exemplar, todas as variantes são representadas na memória como nuvens de exemplares. Tais nuvens podem mudar gradativamente, representando as mudanças por que a língua passa à medida que é usada. Assim, postula-se que a mudança ocorra mais no uso da língua que no processo de aquisição.³ (Bybee, 2010, p. 9)

Os dados com que pretendo ilustrar a pertinência de deslocar entre formas livres e presas dos produtos para os processos são de caráter morfológico. A utilização desses dados pressupõe um léxico em que “Palavras são vistas como construções, e o significado lexical é uma rede intrincada de molduras conectadas”⁴ (Fauconnier & Turner, 2006, p. 303).

ANÁLISE DO PROBLEMA

Em Lemos de Souza (2015), identifico, na história da linguística, em geral, e da morfologia, em particular, o convívio entre a atenção dedicada à dimensão ativa (a dos processos estruturantes, nos termos de Castilho, 2010) e a atenção dedicada à dimensão passiva (a dos produtos estruturados,

2 “A linguistic form which is never spoken alone is a bound form; all others (as, for instance, John ran or run or running) are free forms.”

3 “Because each instance of language use impacts representation, variation and gradience have a direct representation in the language-user’s system. In an exemplar model, all variants are represented in memory as exemplar clusters. Such clusters can change gradually, representing the changes that language undergoes as it is used. Thus change is postulated to occur as language is used rather than in the acquisition process.” Opto por traduzir cluster como nuvem de exemplares acompanhando Cristóforo-Silva (2002), que revisita a clássica definição de alofonia segundo a teoria de exemplares proposta por Bybee (2001).

4 “Words are themselves viewed as constructions, and lexical meaning is an intricated web of connected frames.”

nos termos do mesmo autor). Atribuo esse convívio no campo dos analistas ao fato de, no campo dos objetos, as línguas naturais, coexistirem produtos de processos ativos e produtos de processos inativos, razão pela qual, “(...) se estabelecermos de início e por princípio uma diferença entre formas já feitas e processos de formação, aí passaremos a ter alguma possibilidade de estudar com mais detalhes os processos (...)” (Basilio, 1987, p. 24).

A concepção de processos não é exclusiva da linguística cognitiva. Em tese, a proposta acima poderia ser acolhida por qualquer teoria. Neste artigo, o processo que considero central é o de estabelecer relações entre formas, que pressupõe, mais que a existência das formas, o uso das formas.

Vejam, por exemplo, formações em –nte:

(1) *refrigerante, conservante, fertilizante, inteligente, detergente e dente*

Escolhi formações com diferentes graus de transparência/opacidade pois, como se verá adiante, essa é uma questão relevante no quadro teórico aqui adotado. As três primeiras ilustram o que tanto Bloomfield (1933) quanto Câmara Jr. (1989) reconheceriam como formadas a partir de formas livres: respectivamente, *refrigerar*, *conservar* e *fertilizar*. As duas seguintes, o que ambos os autores reconheceriam como formadas a partir de formas presas. Somente um recuo etimológico permite rastrear os verbos *intelligĕre* e *detergĕre*. Já a última forma seria considerada como simples por escolas formalistas, tamanha a opacidade. Escolhi uma formação que compartilha raiz com o verbo *edĕre* porque também é ele a base do exemplo usado por Câmara Jr. – *comer* – para ilustrar a importância de distinguir entre sincronia e diacronia.

Semanticamente, os diferentes graus de transparência/opacidade morfológica se revelam irrelevantes já que a todas as formações se pode atribuir a interpretação “aquele/aquilo que X, em que X é a base”: respectivamente, que refrigera, que conserva, que fertiliza, que entende, que limpa, que come. Refiro-me aos significados etimológicos, e não aos significados com que tais palavras são usadas atualmente, exatamente porque as de maior opacidade reduzem a analiticidade da relação base-afixo.⁵

Outro ponto de interface entre semântica e morfologia é a relação entre complexidade morfológica e frequência de uso:

Hay 2001, 2002 discute os efeitos da frequência relativa sobre palavras morfológicamente complexas. A frequência relativa diz respeito à frequência de uma palavra complexa comparada com a da base que ela contém. Costuma ser o caso de uma palavra mais complexa ou derivada ser menos frequente que a base mais simples a partir da qual é formada, como a teoria da marcação preveria. Assim, *aliciar* é mais frequente que

5 Mantém-se afastada a falácia etimológica contra a qual Lyons (1968, p. 4-6) previne: tomar o significado etimológico como verdadeiro ou natural. Pretende-se invocar o caminho da etimologia à pragmática tal como proposto por Sweetser (1990), em que a recuperação do étimo ilumina as bases experienciais de que parte a polissemia.

aliciamento; eterno é mais frequente que eternamente; sutiã é mais frequente que sem-sutiã. No entanto, também há casos em que o oposto é verdadeiro: diagonalmente é mais frequente que diagonal; depreciação é mais frequente que depreciar e frequentemente é mais frequente que frequente. Hay demonstra, por meio de vários experimentos, que as palavras derivadas que são mais frequentes que suas bases são menos composicionais ou menos transparentes semanticamente que as palavras complexas que são menos frequentes que suas bases.⁶ (Bybee, 2010, p. 46)

Essa citação propicia algumas observações importantes. A primeira é que a frequência de uso das palavras citadas só pode ser medida não apenas em que cada língua, como, acredito, em cada gênero num dado momento. A segunda é que os experimentos empregados por Hay (2001, 2002) estão sendo assumidos tanto por Bybee (2010) quanto por mim. A terceira é que a linguística cognitiva cada vez mais adota métodos empíricos que vão além do levantamento de dados em uso real, tendo em vista, por exemplo, refinar o que se deve entender por alta ou baixa frequência de uso, medição tão relevante para as asserções teóricas em Bybee (2010) e aqui. A quarta é que “(...) palavras morfologicamente complexas podem variar em frequência ou força de representação e cada uma pode ter seus próprios graus de composicionalidade e analiticidade, dependendo do quão fortemente cada palavra é associada a outras instâncias de seus componentes”⁷ (Bybee, 2010, 32). A quarta observação reforça a posição da autora segundo a qual composicionalidade e analiticidade são propriedades gradientes.

Como se vê, a conclusão a que Hay (2001, 2002) chega é que as palavras morfologicamente complexas mais usadas que suas bases são as menos composicionais ou transparentes. A discussão sobre composicionalidade e transparência mereceria um artigo. Aqui me limito a observar que a conclusão de Hay (2001, 2002) remete a Langacker (1987), para quem o *status de unidade* é proporcional a menor analiticidade. Estudos sobre processos não concatenativos de formação de palavras (cf. Gonçalves, 2006), no entanto, indicam que o status de unidade é compatível com transparência, ou não seria possível ao falante mapear a estrutura prosódica envolvida nos cruzamentos vocabulares e substituições sublexicais, principalmente.

DISCUSSÃO DO PROBLEMA

Dados do português brasileiro nos permitem endossar a tese de insensibilidade da frequência à complexidade morfológica. Tomemos alguns pares a título de exemplos:

6 “Hay 2001, 2002 discusses the effects of relative frequency on morphologically complex words. Relative frequency refers to the frequency of a complex word as compared to the base that it contains. It is often the case that the more complex or derived word is less frequent than the simpler base from which it derives, as the theory of markedness relations would predict. Thus entice is more frequent than enticement; eternal is more frequent than eternally; top is more frequent than topless. However, there are also cases where the reverse is true: diagonally is more frequent than diagonal; abasement is more frequent than abase and frequently is more frequent than frequent. Hay demonstrates through several experiments that the derived words that are more frequent than their bases are less compositional or less semantically transparent than complex words that are less frequent than their bases.”

7 “(...) morphologically complex words can vary in frequency or strength of representation and each can have its own degrees of compositionality and analysability, depending upon how strongly each word is connected to other instances of its component parts.”

(2) *assistir – assistência*
gerir – gerência
emergir – emergência
urgir – urgência

insistir – insistência
arder – ardência
viger – vigência
permanecer – permanência

A relação V – N já foi, em capítulo anterior do lexicalismo gerativo, considerada como nominalização (cf. Basilio, 1980), o que, em grande medida, guarda o espírito do que aqui chamo de relações entre formas como processo que, nos termos de Castilho (2010), pode ser ativado, desativado ou reativado, e é a desativação desse processo o que destitui de formas existentes a condição de livres. A concepção de nominalização empregada neste artigo, no entanto, é a de formação de um substantivo a partir de um verbo (cf. Basilio 1987, 2009; Lemos de Souza, 2010, 2012), sem que isso implique adesão a uma grande classe dos nomes em detrimento da distinção entre substantivos e adjetivos, pelos motivos expostos por Basilio (2008).

Os pares em (2) permitem constatar que *assistência* é mais frequente que *assistir*, *gerência* mais que *gerir*, *emergência* mais que *emergir*, *urgência* mais que *urgir*. Já *insistir* e *insistência* parecem gozar da mesma frequência de uso.⁸ Os demais pares, em que o verbo é da 2ª conjugação, e não da 3ª, não permitem ao falante apostar, com certeza, num verbo em –ir a partir do substantivo deverbal quando este é mais usado que o verbo. Daí ser comum o falante culto apostar em *vigir* a partir de *vigência*, por exemplo. A inexistência de nominalizações em –ência contribui para essa insegurança no rastreamento dos verbos correspondentes a substantivos em –ência.

(3) “O envolvimento da categoria no fortalecimento de suas entidades é fundamental neste momento em que tramitam no Congresso Nacional duas Propostas de Emenda Constitucional prevendo o retorno da exigência do diploma de curso superior em Jornalismo como requisito para o exercício da profissão. Considerado um dos pilares da regulamentação profissional dos jornalistas, após vigir por 40 anos no Brasil este requisito foi derrubado pelo STF que, no ano passado, acatou recurso impetrado por entidades patronais.” (*FENAJ convoca jornalistas a participarem do processo eleitoral da entidade*, 29/11/1999, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, www.sjisp.org.br)

Até aqui, estou considerando pares verbo – substantivos deverbais por três motivos. Primeiro, porque a nominalização ocupa lugar de destaque na linguística desde Chomsky (1970), quando a teoria gerativa migrou do modelo padrão ao modelo padrão estendido. Segundo, porque tenho desenvolvido reflexões sobre a nominalização de verbos do ponto de vista da linguística cognitiva (Lemos de 2010, 2011, 2012, 2015). Terceiro, porque a relação entre verbos e os substantivos formados a partir deles ilustra a relação entre menor e maior complexidade morfológica de que trata Hay (2001, 2002) do ponto de vista de um modelo baseado no uso.

⁸ Importante ressaltar que asserções sobre frequência de uso devem ser fundamentadas em análises de corpora, por sua vez sensíveis aos gêneros textuais reunidos. Da mesma forma, carece de precisão em Bybee (2010) a distinção entre alta e baixa frequência. O quanto deve ser considerado alto ou baixo assim como a verificação empírica num corpus escapam ao caráter teórico deste artigo, e não do alcance do problema aqui abordado.

Ressalto, no entanto, que a relação de maior ou menor complexidade se pode encontrar na esfera da flexão e que a distinção entre frequências de uso se estende a categorias gramaticais, não se aplica apenas a formas. Por exemplo, um tempo verbal pode ser mais ou menos usado que outro, e o tempo mais usado pode recrutar uma categoria de formas, que, por isso mesmo, terá sua frequência de uso inflada por participar desse tempo.

Entendo que é o que se verifica na relação entre tempos compostos e participípios passados. Novamente, o grau de regularidade morfológica do verbo pode inibir o uso de um tempo em que a irregularidade se revela, como o presente do indicativo, e favorecer ao uso de um tempo em que a irregularidade se neutraliza. Por exemplo, *caber* tem a forma *caibo* menos usada que a forma *cabido*, não somente porque *caibo* revela a irregularidade enquanto *cabido* a neutraliza, mas também porque todos os tempos compostos em que se flexione o verbo recrutam a forma *cabido*.

Isso é pertinente ao tema analisado e contribui para a tese defendida porque, da mesma forma que o falante culto aposta em *vigir* pela maior frequência de alguns substantivos que a dos verbos a partir dos quais se formam (cf. *viger* – *vigência*), o falante culto aposta em *tolhir* pela maior frequência do participípio que a do infinitivo (cf. *tolher* – *tolhido*). A maior frequência do participípio, por sua vez, atribuo à alta frequência dos tempos compostos, necessariamente formados por participípios.

(4) “Presidente do TCE-AM é acusado de tolhir atividades de auditor”
(A Crítica, 30/3/2016, www.acritica.com)

Quando mencionei que a inexistência de nominalizações em –íncia dificulta o rastreamento de verbo da 2ª ou da 3ª conjugação a partir dos substantivos em –ência nos casos em que o substantivo deverbal é mais usado que o verbo-base, apontei o uso de *vigir*. Agora, cabe mencionar que a inexistência de participípios em –edo, por outro lado, dificulta o rastreamento de verbo da 2ª ou da 3ª conjugação a partir dos participípios em –ido nos casos em que o participípio é mais usado que o infinitivo e apontar o uso de *tolhir*. A recapitulação dos verbos que formam os pares (2) e dos verbos que formam os pares em (5) permite constatar que, a despeito do padrão derivacional a que se vinculem, o padrão flexional é de neutralização de todo infinitivo em –er ou –ir em participípios em –ido. A rede é realmente intrincada (cf. Fauconnier & Turner, 2006, acima).

Isso posto, retorno ao estabelecimento de relações entre formas por obra da frequência de uso, levado em consideração o padrão morfológico envolvido. Ao pensar em *arder* e *viger*, me ocorreu que os pares acima são posteriores a um padrão desativado na língua, aquele em que o verbo é em –er e o substantivo é em –or:

(5) *arder* – *ardor*
feder – *fedor*
ferver – *fervor*
pender – *pendor*
saber – *sabor*

temer – *temor*
tremer – *tremor*
valer – *valor*
viger – *vigor*

Trago os pares em (5) para defender que a consciência dos processos oferece mais segurança no

rastreamento de formas a partir de formas que o conhecimento de produto a produto. No quadro do lexicalismo gerativo, Jackendoff (1975) cuidou do menor custo de aquisição de formas que ofereçam maior grau de redundância morfológica ou semântica, em oposição ao maior custo de aquisição de formas que ofereçam menor grau de redundância morfológica ou semântica. O cálculo do custo remete diretamente à distinção entre o arbitrário absoluto e o arbitrário relativo segundo Saussure (1916, segunda parte, cap. VI), que, por sua vez, remete ao princípio da motivação em Lakoff (1987) e ao princípio da motivação maximizada em Goldberg (1995).

Trata-se da mesma questão a receber diferentes respostas teóricas.

A ênfase dada ao léxico pela gramática cognitiva equivale à de certas abordagens gerativas, como, por exemplo, a da Linguística Léxico-Funcional, e o tratamento ao léxico assemelha-se, em vários aspectos, ao da teoria da entrada plena de Jackendoff por meio de regras de redundância (1975). (...) Finalmente, sua ênfase no uso da língua e sua visão de significado lexical apresentam muitos paralelos com as do segundo Wittgenstein (1953).⁹ (Langacker, 1987, p. 5)

A contribuição que identifiquei em Bybee (2010) a essa questão diz respeito à influência da frequência de uso na consciência da redundância ou na motivação, que, já em Jackendoff (1975), se caracteriza como fenômeno cognitivo.

Tendo em vista a frequência de uso, pode-se constatar que a forma *assistir* de fato usada não é a que se relaciona com *assistência*, o que gera um quadro lacunar de relações verbo-substantivo:

V	S
<i>assistir</i>	-
-	<i>assistência</i>

Aliás, o cada vez menor uso do *assistir* que se relaciona com *assistência* torna expletivo o papel distintivo que a preposição *a* desempenha na gramática de poucos usuários da língua, o que contribui para a gradativa supressão da preposição na nuvem de exemplares do *assistir* frequente.

Combinando os pares em (2) com os pares em (5), podemos afirmar que a relação entre as formas é mais viva naqueles que neles, o que pode ser atribuído ao fato de que o processo de normalização em –(nc)ia está ativo enquanto o processo de nominalização em –or se tornou inativo. Passamos, então, a trabalhar com dois fatores: a atividade ou inatividade dos processos, em atenção à observação de Basilio (1987), e o mapeamento de formas mais pela atividade dos processos que pelo conhecimento

⁹ "The emphasis on lexicon in cognitive grammar parallels that of certain generative approaches, e.g. lexical-functional grammar (...), and its treatment is similar in various respects to Jackendoff's full-entry proposal employing lexical redundancy rules (1975). (...) Finally, its emphasis on language use and its view of lexical meaning show many parallels to the later Wittgenstein (1953.)"

de produto a produto, visto que não é a complexidade morfológica dos produtos que interfere na frequência de uso, em atenção a Bybee (2010).

A confluência dos dois fatores deixa *viger* na situação que aqui pretendo caracterizar como de indisponibilidade cognitiva. Se *vigência* já não leva necessariamente a um verbo da 2ª conjugação, o processo que associa verbos em –er a substantivos em –or está morto na língua. Nos termos em que retomo a distinção entre forma livre e forma presa neste artigo, trata-se de uma forma presa, uma vez que nem a forma *vigência* nem a forma *vigor*, estas livres, contribuem para sua identificação.

A maior frequência de *gerência*, *emergência* e *urgência* tende a relegar, respectivamente, *gerir*, *emergir* e *urgir* à mesma condição de forma presa, sobretudo em se tratando de verbos que se caracterizam pela forte restrição formal de serem ensinados como unipessoais segundo a gramática tradicional. Essa restrição se desfaz nos substantivos deverbais na medida em que “(...) a nominalização do verbo nos permite expressar a noção verbal em si, sem as amarras dos requisitos gramaticais do verbo” (Basilio, 2009, p. 42).

Uma evidência do não reconhecimento das relações entre formas, processo aqui enfatizado como prioritário à existência das formas, é o acréscimo de camada morfológica ao substantivo. Retomemos os pares em –er / –or para ilustrar tal evidência. A relação entre *arder* e *ardor*, *feder* e *fedor*, *ferver* e *fervor*, *pende* e *pendor*, *treme* e *tremor* parece viva à consciência dos falantes enquanto a relação entre *saber* e *sabor* e *viger* e *vigor* não. Não me parece dever-se ao acaso que *sabor* e *vigor* – porque formadas a partir de base presa nos termos defendidos neste artigo – motivem a formação de verbos que lhes correspondam, respectivamente, *saborear* e *vigorar*. São esses os verbos que formam pares com *sabor* e *vigor* na língua em uso.

Mantendo o foco em processos, a língua preserva os pares verbo-substantivo a despeito da opacificação causada pelo desuso dos verbos graças à recursividade que existe entre a formação de substantivos a partir de verbos e a formação de verbos a partir de substantivos. A citação de Basilio (2009) acima trata do primeiro desses processos. Já “A formação de verbos a partir de substantivos tem o objetivo de aproveitar a noção expressa pelo substantivo para designar a ação ou processo a ser expresso pelo verbo” (Basilio, 2009, p. 32). Tal processo promove a substituição de verbos mais básicos da segunda e da terceira conjugações por verbos mais complexos da primeira conjugação, uma vez que “As estruturas mais produtivas de formação de verbos por sufixação são as correspondentes à adição de –izar, –ar e –ear a substantivos e adjetivos” (Basilio, 2009, p. 35).

Os verbos *saborear* e *vigorar* são produtos de tal processo, que supre a lacuna deixada pelos verbos mais básicos, *saber* e *viger*, tomados como formas presas nos termos deste artigo. São eles os que ocorrem a falantes mais jovens a quem se pergunte qual o verbo correspondente a *sabor* e *vigor*, respectivamente, e não os que exigiriam um recuo nas camadas morfológicas, o que caracteriza a mudança linguística como sucessivas reorganizações cognitivas.

A mudança linguística não é apenas um fenômeno periférico que pode ser amarrado a uma teoria sincrônica; sincronia e diacronia têm de ser vistas como um todo integrado. A mudança é tanto uma janela para representações cognitivas quanto um criador de padrões linguísticos. Ademais, se virmos a língua da maneira descrita neste livro, como variável e possuindo categorias gradientes, então a mudança se torna uma parte constitutiva do quadro completo.¹⁰ (Bybee, 2010, p. 105)

Entre os pares em (2), a atividade do processo de formação de substantivos a partir de verbos está em tensão com a imprevisibilidade do verbo a partir do substantivo, o que pode explicar que *gerência* esteja evocando mais relação com *gerenciar* que com *gerir*. Os demais substantivos dentre os pares, não atuam como bases para verbos denominais, o que pode ser considerado como evidência da força do processo.

Trata-se de um fator, e não do fator, ou uma língua natural não seria um sistema complexo, nos termos de Castilho (2010). O fato de *dissidência* e *dissidente* serem mais frequentes que *dissidir*, por exemplo, não conduz à formação de *dissidiar*. O verbo, em vez de ser substituído por outro formado camadas morfológicas acima, como *gerenciar* e *tangenciar* em detrimento de *gerir* e *tanger*, respectivamente, é substituído por outro sem nenhuma relação morfológica, como *divergir* ou *discordar*.

Esse ponto dá margem a duas observações importantes. Uma diz respeito à pertinência da distinção entre morfologia (*menino – menina*) e léxico (*homem – mulher*). Distinção, e não cisão, como nos pressupostos da linguística cognitiva! Este artigo se atém à relação entre frequência de uso e padrões morfológicos, não se estende a padrões lexicais. Outra é que a formação de um verbo camadas acima está sendo associado à perda da relação entre o substantivo e o verbo mais básico, o que não exclui nem a hipótese de, ativa a relação, outro se formar nem a hipótese de, inativa a relação, outro verbo não se formar, sem que se invalide a tese de que quanto menos ativa a relação, maior a tendência a que outro verbo se forme.

Ofereço exemplos para assegurar a clareza sobre a segunda observação incidental. Mesmo ativa a relação entre *agir* e *ação* – alta a frequência de *agir* e ativo o padrão V-S(ção) –, forma-se *acionar*. Mesmo inativa a relação entre *dissidir* e *dissidência* – quase absoluto o desuso de *dissidir* ainda que ativo o padrão V-S(ncia) – não se forma *dissidenciar*. No entanto, dado que, em consequência da desativação do padrão –er / –or, *sabor* não remete a *saber*, a despeito de serem formas igualmente frequentes, e que *vigor* não remete a *viger* (na mesma rede em que *vigência* não exclui *vigir* como forma possível), a despeito de serem formas com frequências diferentes, a frequência de *sabor* e *vigor* favorece à formação de *saborear* e *vigorar*, respectivamente, para suprirem a lacuna V (concebida como semântica, e não formal), ainda que o verbo seja mais complexo morfológicamente que o substantivo, e não menos, como no quadro anterior ao da mudança linguística.

10 “Language change is not just a peripheral phenomenon that can be tacked on to a synchronic theory; synchrony and diachrony have to be viewed as an integrated whole. Change is both a window into cognitive representations and a creator of linguistic patterns. Moreover, if we view language in the manner described in this book, as both variable and having gradient categories, then change becomes an integral part of the complete picture.”

Pares infinitivo / particípio também podem servir de dados para este esboço de generalização. Tomemos os seguintes pares:

(6) *tingir – tinto*
pingir – pinto

implicar – implícito
explicar – explícito

Apenas o primeiro par se mantém relacionado na consciência dos falantes. Os demais passaram à condição de dados históricos. Tendo em vista que a relação entre infinitivos e particípios é tão paradigmática quanto a relação entre verbos e substantivos, uma forma participial na origem não percebida como tal no curso da mudança linguística motivará a formação de um infinitivo a partir dela, que, por sua vez, motivará a formação do particípio correspondente. Essa asserção se justifica na medida em que não há *tintar* a partir de *tinto* mas há *pintar* a partir de *pinto*, *implicitar* a partir de *implícito* e *explicitar* a partir de *explícito*.

O Wikcionário já registra *tintar* na língua portuguesa:

Verbo[editar]

tin.tar, transitivo

1. o mesmo que [tingir](#)

2. **cobrir** com tênue camada de **tinta** para **impressão** (a forma tipográfica, pedra ou chapa litográfica)

(<https://pt.wiktionary.org/wiki/tintar>)

A afirmação “o mesmo que tingir” não encontra respaldo em princípio considerado organizador da linguagem:

O Princípio da Não Sinonímia: Se duas construções são sintaticamente distintas, elas têm de ser semanticamente ou pragmaticamente distintas (...). Aspectos pragmáticos das construções envolvem especificidades da estrutura informacional, o que inclui tópico e foco, assim como aspectos estilísticos adicionais da construção, como registro (...).

Corolário A: Se duas construções são sintaticamente distintas e S(semanticamente)-sinônimas, então elas não podem ser P(pragmaticamente) sinônimas.

Corolário B: Se duas construções são sintaticamente distintas e P-sinônimas, então elas não podem ser S-sinônimas.¹¹ (Goldberg, 1995, p. 67)

Goldberg (1995) associa não sinonímia a distinção sintática e a emprega em sua formulação de uma

¹¹ “*The Principle of No Synonymy*: If two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct (...). Pragmatic aspects of constructions involve particulars of information structure, including topic and focus, and additionally stylistic aspects of the construction such as register (...). *Corollary A*: If two constructions are syntactically distinct and S(semanticly)-synonymous, then they must not be P(ragmatically)-synonymous. *Corollary B*: If two constructions are syntactically distinct and P-synonymous, then they must not be S-synonymous.”

gramática das construções. Neste artigo, associo não sinonímia a distinção morfológica e a emprego em consonância com um modelo baseado no uso. A diferença é estritamente teórica e bastante relevante para o desenho de um quadro epistemológico. Nesse quadro, convém lembrar a dissolução entre semântica e pragmática, que está na base da linguística cognitiva e, a meu ver, se encontra em retrocesso esquemático na formulação do princípio por Goldberg (1995).

Já a afirmação “cobrir com (...) tinta” reforça que “A formação de verbos a partir de substantivos tem o objetivo de aproveitar a noção expressa pelo substantivo (...)” (Basilio, 2008, p. 32). Aproveitar o significado do substantivo implica ser formado depois do substantivo na história da língua.

Do ponto de vista defendido neste artigo, a formação de *tintar* resulta do afrouxamento da relação entre *tingir* e *tinto*, somado aos “propósitos expressivos” (Langacker, 1987, 449) que exigem o aproveitamento do significado de *tinta* no âmbito pragmático. A relação entre *pingir* e *pinto*, por sua vez, se restringe a *Pinto* como sobrenome na história externa da língua. Quando da ocupação da Península Ibérica por mouros, esses receberam tal sobrenome por terem cor mais escura que a dos habitantes anteriores.

O que se pode afirmar sobre todas as formas que convivem na língua em estado de dicionário, ou seja, registradas na língua escrita e apartadas do uso, é que, diferentemente do que se poderia esperar, não são sinônimas. Uma vez inserido o crucial fator uso, a mudança da língua se desloca para a cognição dos falantes:

(...) não é propriamente na estrutura das línguas, ainda que ela possa ser condicionante, mas nos utentes das mesmas que encontraremos respostas para a questão. Mais claramente ainda, a mudança não tem a sua origem dentro da língua, mas no uso da língua, isto é, em factores externos à estrutura da língua. (Soares da Silva, 2006, p. 88)

Recapitulemos *gerir* e *gerenciar*, *saber* e *saborear*, *viger* e *vigorar*, *pingir* e *pintar*, *implicar* e *explicitar*, *explicar* e *explicitar*. Os casos em que há um verbo mais básico e um verbo mais complexo em torno do mesmo substantivo revelam não sinonímia exatamente porque, primeiro, os verbos têm idades diferentes na história interna da língua e, segundo, o verbo mais complexo aproveita a noção expressa pelo substantivo, como observado por Basilio (2009), enquanto o mais básico não. Tendo em vista que “(...) a polissemia é um fenómeno de motivação, que introduz uma certa redundância no léxico mental (...)” (Soares da Silva, 2006, p. 49), o verbo mais complexo se forma a partir de um dos significados ativados por um verbo polissêmico, razão pela qual jamais poderia ser sinônimo do verbo mais básico.

A formação de *valorar* e *valorizar* a partir de *valor* ainda que mantida a relação com *valer* pode ser atribuída a esse mecanismo em que um substantivo polissêmico ativa um ou mais de um significado com maior frequência de uso e sobre esse(s) significado(s) mais frequente(s) se dá o aproveitamento

semântico de que trata Basilio (2009) na formação de verbos a partir de substantivos. Esse mecanismo corrobora a não sinonímia entre o verbo mais básico e o verbo mais complexo.

Neste ponto, me afasto um pouco de Hay (2001, 2002) e de Bybee (2010). Ambas as autoras tomam como mais ou menos frequente uma forma que guarde com outra relação derivacional. Já tive a oportunidade de estender a relação formal à esfera da flexão e a frequência de uso ao âmbito das categorias gramaticais. Agora, desloco a comparação entre frequências de uso do grau de analiticidade para a polissemia.

Primeiro, porque o verbo mais básico e o verbo mais complexo deflagram percursos polissêmicos próprios, dissociados um do outro, o que contribui ainda mais para a não sinonímia. A opacificação do verbo mais básico, por sua vez, chega ao ponto de não transmissão de uma geração a outra, o que gera a situação caracterizada pelas formações em *-nte* no início deste artigo, que as escolas formalistas, comprometidas com o princípio da sincronia, conseguem descrever mas não explicar. A foto sincrônica permite identificar as lacunas formais, sem associá-las ao papel do uso como determinante da mudança linguística, nos termos de Bybee (2010), muito menos entender a dinâmica entre uso e processos cognitivos da qual as lacunas formais são consequências, e não causas.

Segundo, porque a polissemia me parece a chave para aqueles casos em que se forma um verbo mais complexo mesmo quando o verbo mais básico goza de alta frequência e o padrão morfológico está ativo na língua. O exemplo que ofereci foi *agir – ação – acionar*. Depois de trazer a polissemia à discussão, acrescentei *valer – valor – valorizar / valorar*.

Um dos significados produzidos por *ação* diz respeito ao ato de agir, qualquer agir, o que caracteriza esse significado como verbal (cf. Basilio, 1980, 2004). Outro significado produzido por *ação* diz respeito a um tipo de agir na organização social, cultural e histórica que temos, o agir juridicamente, e a forma *ação* é mobilizada para nomear o produto desse agir específico, o processo judicial. A forma *acionar*, por sua vez, se distingue da forma *agir* porque lhe é privativo o significado específico em questão. Daí o uso de *acionar*, não de *agir*, com diferentes grades argumentais, consequentemente: alguém pode acionar alguém, mas não agir alguém.

O significado prototípico de *valer* é ter valor. Isso faz com que o verbo seja inacusativo. A organização social, cultural e histórica leva os indivíduos a atribuir valor, o que motiva a formação de um verbo transitivo. Só que *valor* também é polissêmico: pode-se tratar de propriedade ou de juízo, o que me parece motivar a formação de *valorar* e de *valorizar*, respectivamente. O verbo que indica atribuição de juízo de valor, *valorar*, por sua vez, se insere no campo da subjetivização (cf. Soares da Silva, 2006), o que deflagra um percurso polissêmico próprio e ratifica o princípio da não sinonímia.

Outros exemplos podem ilustrar o papel da figuratividade da configuração da polissemia, tal como concebida pela linguística cognitiva, e ajustar no deslocamento do foco que proponho da frequência de uso de formas para a frequência de uso de significados indicados pelas formas. Desse modo,

a insensibilidade da frequência de uso ao grau de complexidade morfológica das formas dá lugar à sensibilidade da frequência de uso à polissemia das formas, assim como a frequência de uso de certos significados em relação à de outros é associada à frequência de uso de categorias gramaticais, resultando na caracterização de formas livres como cognitivamente disponíveis e na de formas presas como cognitivamente indisponíveis.

CONCLUSÃO

A distinção entre formas livres e formas presas, estabelecida pelo estruturalismo norte-americano, é clássica em morfologia. Teorias formalistas como aquela pressupõem que a semântica tem papel interpretativo, subsidiário à combinação de formas. A recapitulação da distinção neste artigo se dá à luz da linguística cognitiva, teoria que pressupõe que a semântica motiva a gramática, o que desloca as formas do lugar de ponto de partida ao de ponto de chegada.

Substituída a lente teórica, a distinção entre formas livres e presas deixa de ser uma questão de existência ou inexistência de formas num determinado recorte sincrônico e passa a ser uma questão de atividade ou inatividade do processo de estabelecimento de relações entre formas, no qual interferem a frequência de uso de significados associados a formas, e não das formas; o percurso polissêmico, e não a configuração morfológica, das formas; e a frequência de uso de padrões gramaticais, que podem ser ativados ou desativados no curso de mudança da língua.

Nesse quadro, que reputo mais fiel à intrincada rede de significados lexicais, formas existentes que gozam de baixa frequência de uso são gradativamente opacificadas à consciência dos falantes, a ponto de merecer o status de formas presas. Enquanto relegadas à condição de registro escrito ou restrito a algum gênero, o acesso a tais formas se dá pela via do letramento, e não da aquisição da linguagem. Uma vez ampliado o lapso temporal, tais formas já não são transmitidas e chegam ao ponto que as teorias formalistas capturam, o das lacunas formais.

A redefinição de formas livres e formas presas tal como proposta neste artigo se alinha à concepção de formação de palavras como fenômeno semântico com repercussão morfológica, e não como fenômeno morfológico com repercussão semântica. Tal concepção interdita afirmar, por exemplo, que o adjetivo *acadêmico* deriva do substantivo *academia*. Primeiro, é preciso reconhecer a polissemia de *academia* e o uso de *acadêmico* vinculado ao significado relativo a universidade, e não ao lugar onde se pratica exercício. Com isso, afixos, formas presas, deixam de ser considerados formas que se adjungem a formas e passam a ser considerados formas que indicam qual significado em uso é selecionado da base. Diga-se o mesmo dos sufixos *-or* e *-ivo* em relação a diferentes significados que compõem a polissemia de *executar*, e assim por diante. A concepção tem alcance geral ao fenômeno da formação de palavras.

Igual primazia tem a polissemia na redefinição de formas livres e presas. Bybee (2010) assume de Hay (2001, 2002) a comparação entre frequências de uso de formas e avança na discussão quanto à gradência da analiticidade e da composicionalidade. Já neste artigo, desloco a comparação para

frequências de uso dos significados que constituem a polissemia das formas e subscrevo que “A mudança é tanto uma janela para representações cognitivas quanto um criador de padrões linguísticos” (Bybee, 2010, p. 9).

Os padrões enfocados são a formação de substantivos a partir de verbos e a formação de verbos a partir de substantivos. A desativação do primeiro motiva a ativação do segundo e gera pares V-S em que o verbo é morfologicamente mais complexo que o substantivo (*vigorar – vigor* em vez de *viger – vigor*, *gerenciar – gerência* em vez de *gerir – gerência* etc.), preservada a hipótese de formação de novos substantivos a partir dos verbos mais complexos (*vigorar – vigoração*, *gerenciar – gerenciamento* etc.), de formação de novo verbo a partir de tais substantivos (*vigoração – vigoracionar*, *gerenciamento – gerencionamentar* etc.), o que se entende por recursividade, só que em bases semânticas, e não formais.

Os verbos mais básicos, por sua vez, vão sendo gradativamente retirados de circulação e, por isso mesmo, assumem o status de formas presas nos termos deste artigo. A mudança linguística, por sua vez, compensa a perda dessas formas e sua polissemia pela formação de outras, o que pressupõe também o alcance da frequência de uso, já estendida das formas aos significados, aos padrões gramaticais envolvidos.

REFERÊNCIAS

BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo, Ática, 1987.

BASILIO, Margarida. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. In: Roberta Pires de Oliveira & Apóstolo Nicolacópulos (Org.). *Semantics: Lexicon, Grammar and Use*, nº 47. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

BASILIO, Margarida. Substantivação plena e substantivação precária. *Diadorim*, vol. 4, 2008.

BASILIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, reimpressão de 1997 [1933].

BYBEE, Joan. *Phonology and language use*. Cambridge Studies in Linguistics 94, Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, Joan. *Language, usage, and cognition*. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2010.
- CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Ginn & Co, 1970.
- CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. Descartando fonemas: a representação mental na fonologia de uso. In: Dermeval da Hora & Gisela Collischonn (Org.). *Teoria linguística: fonologia e outros temas*. UFPB, Editora Universitária, 2002.
- FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. Conceptual integration networks. In: Dirk Geeraerts (Ed.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. Usos morfológicos: processos marginais de formação de palavras em português. *Gragoatá*, vol. 21, 2006.
- HAY, Jennifer. Lexical frequency in morphology: is everything relative? *Linguistics* 39, 2001.
- HAY, Jennifer. From speech perception to morphology: affixordering revisited. *Language* 78, 2002.
- JACKENDOFF, Ray. Morphological and semantic regularities in the lexicon. In: William Bright *et alii* (Ed.). *Language: Journal of the Linguistic Society of America*, vol. 51, nº 3. Baltimore: Waverly Press Incorporate, 1975.
- LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar*. Vol. I: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LEMOS DE SOUZA, Janderson. *A distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento no português do Brasil: uma abordagem cognitiva*. UFRJ, tese de doutorado, 2010.
- LEMOS DE SOUZA, Janderson. Restrições sintáticas em torno dos substantivos deverbais no português do Brasil. In: Augusto Soares da Silva; Amadeu Torres; Miguel Gonçalves (Org.). *Línguas pluricêntricas: variação linguística e dimensões sociocognitivas*. Braga: ALETHEIA – Associação Científica e Cultural, 2011.
- LEMOS DE SOUZA, Janderson. Alinhamento, balanceamento, direção e suspensão: constatações sobre os substantivos deverbais no português brasileiro. In: *Linguística*, v. 8, nº 1, 2012.
- LEMOS DE SOUZA, Chunks em moldes: hipótese de diálogo entre Bybee e Booij. In: *Cadernos do*

NEMP, v. 6, 2015.

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 20 ed. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1997 [1916].

SOARES DA SILVA, Augusto. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge studies in linguistics 54, Cambridge University Press, 1990.

Recebido em 30/03/2016

Aceito em 16/05/2016